

Crítica aos governadores

Queiroga diz que a não adoção de receita médica para imunizar crianças de 5 a 11 anos é interferir na política de saúde

» GABRIELA BERNARDES*

Ed Alves/CB/D.A Press



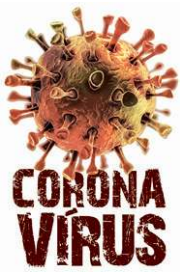
Segundo o ministro, doação de vacinas contra a covid-19 a países pobres mostra a preocupação do governo com a pandemia

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, criticou, ontem, os prefeitos e governadores contrários à prescrição médica para vacinar crianças de 5 a 11 anos contra a covid-19. Para ele, trata-se de uma interferência indevida nas secretarias de Saúde das unidades da Federação e dos municípios. Na semana passada, depois de reunião entre os secretários estaduais de Saúde, o Conselho Nacional de Secretarias de Saúde (Conass) divulgou a *Carta de Natal às crianças do Brasil*, na qual afirma que o documento proposto pelo ministério não será cobrado.

“Governadores falam em prescrição (médica), prefeitos falam em prescrição. Pelo que eu sei, a grande maioria deles não é médico. Então, eles estão interferindo nas suas secretarias estaduais e municipais”, acusou, mantendo-se alinhado com o presidente Jair Bolsonaro, que é contrário à vacinação.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou a aplicação da vacina Pfizer contra o novo coronavírus em crianças de 5 a 11 anos em 16 de dezembro. Desde então, o ministério vem colocando vários entraves e até abriu uma consulta pública, que vai até o próximo domingo, sobre o assunto. Além disso, a pasta propôs que a imunização seja feita com apresentação de receita médica.

Para Queiroga, tanto os estados quanto os municípios devem se manifestar apenas pela consulta pública. “A recomendação do Ministério da Saúde está aí para que todos os brasileiros tomem conhecimento, para que a sociedade civil possa se manifestar. A consulta pública é um instrumento da democracia, amplia a discussão sobre o tema e dá mais tranquilidade aos pais para que eles possam levar os seus filhos às salas de vacinação”, afirmou, desconsiderando as várias recomendações de entidades



CORONA VIRUS

médicas e científicas de que é preciso ter pressa quando se trata de uma campanha de vacinação em plena pandemia de covid-19.

O Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Consórcio Nordeste se manifestou, por meio de nota, repudiando a consulta aberta pe-

la pasta. “É importante ressaltar que a nova variante ômicron apresenta maior transmissibilidade, o que torna as crianças um grupo com maior risco de infecção, conforme vem sendo observado em outros países onde há transmissão comunitária

desta variante. Neste contexto epidemiológico, o Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Consórcio Nordeste não identifica nenhuma justificativa científica, médica ou técnica para a consulta pública do Ministério da Saúde e recomenda urgência no início da vacinação nesta faixa etária da população”, criticou o documento.

“Indo muito bem”

Questionado sobre a posição do ministério sobre a imunização de crianças contra a covid, o ministro disse que a manifestação da pasta está explícita na consulta pública. Rebatendo as críticas sobre a resistência de Bolsonaro

e de setores do governo federal às vacinas, Queiroga esquivou-se citando a doação de doses para o mundo, anunciada dias atrás.

“Nosso país, por meio da determinação do presidente Jair Bolsonaro, é signatário de um grupo que cumpre vacinações ao nível mundial. Produzimos vacinas na Fiocruz, junto com ações do governo federal. Temos nossa população fortemente vacinada e avançamos com adolescentes”, disse.

De acordo com o ministro, o Brasil está “indo muito bem, obrigado” no enfrentamento à pandemia de covid-19.

*Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi

Cepa avança em dezembro

Um levantamento feito pelo Instituto Todos pela Saúde (ITpS) a partir de 640 exames positivos para o coronavírus identificou que 31,7% das infecções em dezembro foram causadas pela variante ômicron. Feito em parceria com os laboratórios Dasa e DB Molecular, a análise considerou 30,4 mil testes RT-PCR realizados pelos laboratórios em 16 estados brasileiros durante os dias 1º e 25 deste mês.

Entre os testes positivos, 203 (31,7%) indicaram a presença da cepa em oito estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Tocantins. O porcentual da ômicron em relação às amostras positivas vem subindo dia após dia. Na última semana, 40% das infecções analisadas eram causadas pela variante. No dia 25, essa relação chegou a 75%.

Balanco do Ministério da Saúde, divulgado no dia 27, registra a confirmação oficial de 74 casos de ômicron no País — há outros 116 em investigação. Para o diretor-presidente do ITpS, Jorge Kalil, os dados servem de alerta para as próximas horas, com as festas de réveillon. “É preciso lembrar que a pandemia não acabou. É urgente que os brasileiros completem o ciclo de vacinação contra a covid-19, incluindo a dose de reforço, e não abandonem a máscara, a higiene das mãos e o distanciamento social”.

Kalil também ressaltou a necessidade de se prevenir para evitar a piora da pandemia no momento em que o país vive surtos do vírus da gripe H3N2, que também pressiona o sistema de saúde.

A ômicron tem diversas mutações e deleções (remoções de fragmentos de genes) e uma em particular afeta os códons 69 e 70 do gene S (linhagem ômicron BA.1). Quando esse trecho do gene S não é identificado no teste RT-PCR Especial, é possível indicar que se trata da nova cepa.

16
DE DEZEMBRO

foi quando a Anvisa deu o sinal verde para a aplicação da vacina da Pfizer no público pediátrico. Desde então, o governo federal tem colocado empecilhos e abriu até mesmo uma consulta pública

» Entrevista | DILENE RAIMUNDO DO NASCIMENTO | PESQUISADORA DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Em vacinação, é preciso ter pressa

*GABRIELA CHABALGOITY

A vacinação de meninos e meninas de 5 a 11 anos, cuja recomendação foi dada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e é endossada por várias entidades médicas e científicas, é uma ação urgente, pois, desde que a pandemia explodiu, sabe-se que crianças são vetores da covid-19. Para Dilene Raimundo do Nascimento, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz e organizadora do livro *A História da Poliomielite — doença que foi motivo de grande discussão 70 anos atrás, até que, em 1960 e 1961, o Ministério da Saúde de então promoveu uma aplicação em massa com os fármacos desenvolvidos pelos pesquisadores Jonas Salk e Albert Sabin —, qualquer empecilho que se coloque à imunização de menores não passa de manobra protetória. Ela insiste em algo que o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, fingem desconhecer: a vacinação é uma medida de saúde pública com efeito individual e coletivo. “O efeito individual reduz o número de mortes e a necessidade de internação. O benefício coletivo se dá pelo fato de a vacinação reduzir a transmissão do vírus para outras pessoas”, destacou*

a especialista. Leia a seguir os principais pontos da entrevista ao Correio:

Como a senhora analisa essa discussão, promovida pelo ministro Marcelo Queiroga, de que é necessário consulta pública para a adoção da vacina para menores entre 5 e 11 anos? E mais: de que a decisão da vacinação das crianças seja feita mediante prescrição médica?

As crianças não têm autonomia. Então, os pais precisam estar convencidos de que a vacina é necessária para seus filhos. Quanto à consulta pública, nunca houve isso antes. O Programa Nacional de Imunização (PNI) ampliou o número de vacinas que estão à disposição da população e, em nenhum momento, houve consulta pública ou necessidade de prescrição médica. Na minha opinião, isso é só para postergar a ação do Ministério da Saúde, responsável pela política pública de saúde e execução da vacinação no Brasil.

A recomendação da Anvisa já seria suficiente para autorizar a vacinação?

A Anvisa tem um corpo técnico competente e sério. A autorização da Anvisa não requer consulta a outros técnicos. Se a Anvisa deu o aval, isso significa

que a vacina é eficaz e segura. Não deve restar dúvidas.

Apesar disso, o governo resiste em dar início à vacinação infantil.

O governo federal afirmou que iria decidir no dia 5 de janeiro sobre a vacinação de crianças “porque a pressa é inimiga da perfeição”. Esse ditado não se aplica a uma campanha de vacinação na vigência de uma pandemia. Se fosse possível aplicar isso, não teríamos mais de 600 mil brasileiros mortos. A vacina teria sido comprada lá atrás, quando já estava disponível, e a gente teria evitado muitas mortes de adultos por covid-19.

Por que campanhas de vacinação como a da poliomielite, mais de cinco décadas atrás, foram bem sucedidas, e a da covid está envolta em polêmicas?

O PNI foi criado em 1973, erradicou a varíola em 1979 e a poliomielite, em 1994. Isso criou na população brasileira uma cultura de vacinação. Não é por questões culturais que o brasileiro não está indo se vacinar. Mas, quando ele ouve, da pessoa que ocupa o cargo público mais alto no país, que a vacina pode fazer você virar jacaré, isso provoca

Arquivo Pessoal



Dilene: campanha ideal de vacinação é a que todos se envolvem, do governo à sociedade



O governo federal afirmou que a pressa é inimiga da perfeição. Esse ditado não se aplica a uma campanha de vacinação na vigência de uma pandemia. Se fosse possível aplicar isso, não teríamos mais de 600 mil brasileiros mortos”

na população uma hesitação.

Qual a forma correta de lidar com pais que decidem não vacinar seus filhos? Vale a pena puni-los de alguma forma?

Não é punindo que se resolve, mas convencendo a população da importância da vacina, além de sua eficácia e segurança. Ela evita que os filhos fiquem doentes e venham a óbito. Já houve época em que os pais só conseguiam emprego se apresentassem a carteira de vacinação dos seus filhos em dia. Mas a educação em saúde mudou e a filosofia se tornou a de convencer sobre a importância da imunização.

Como seria a campanha ideal de vacinação?

A campanha ideal é aquela em que todos se envolvem. Desde as instituições de saúde, médicas e científicas, passando pelos governos federal, municipal e estadual. Além disso, é necessário um esforço da sociedade — o comprometimento de todos é ideal. Não é uma parte ou outra da sociedade, mas todos, principalmente o governo federal, que é quem tem os maiores poderes para adquirir insumos, vacinas e realizar as campanhas de divulgação.

*Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi